

# **O IDEAL DA REPÚBLICA E A INTERSECCIONALIDADE DA EXCLUSÃO: AS NOÇÕES DE RAÇA, GÊNERO E SEXUALIDADE COMO MECANISMOS DE CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL**

**Vitor Matheus Oliveira de Menezes<sup>1</sup>**

## **INTRODUÇÃO**

A Proclamação da República em 1888 representou um momento ímpar na história do Brasil. Um país recém independente, com fortes raízes coloniais e que, como tal, alicerçou ao longo de toda a história seu desenvolvimento e identidade na Metrópole externa lusitana, agora dava um passo importante na afirmação de um projeto particular de nação. Projeto este que, gestado enquanto um processo em diferentes momentos históricos no Brasil, em fins do século XIX defendia a busca pelo progresso e pela “civilização”.

A transição do Império à República marcou um contexto de ebulição intelectual no Brasil, sendo que o campo das ideias representou também um campo de disputas políticas. As ideias passaram cada vez mais a representar a possibilidade de compreender e reelaborar a realidade nacional.

A busca pela identidade brasileira assumiu neste momento caráter central no pensamento social, e as peculiaridades do Brasil, junto às suas estruturas de formação, eram estudadas pelos pensadores (homens, vale ressaltar) com a finalidade de “traduzir” o país. À luz das teorias estrangeiras, buscava-se compreender a identidade nacional e estabelecer os marcos pelos quais a nação seria constituída. É importante notar que interpretar o Brasil a partir das teorias estrangeiras correntes na época também significava situar o país em uma história sociologicamente formulada através da concepção evolucionista de inserção em um patamar histórico evolutivo, fazendo parte de um sistema universal e que se integra ao contexto mundial das nações.

A partir desse apanhado, e partindo da discussão foucaultiana sobre o poder e a criação dos chamados “regimes de verdade”, este trabalho problematiza como a elaboração processual de uma república recém constituída se estabeleceu através de exclusão de significativa parcela da população, tendo em vista o exercício de diferentes formas de controle. Assim, a raça, o gênero e a sexualidade foram problematizadas por um ideário de nação como questões públicas a serem resolvidas, ou seja, obstáculos a serem ultrapassados como requisito para a inserção do Brasil em um amplo programa civilizacional fundado no Ocidente Europeu. Para fins deste

---

<sup>1</sup> Graduando em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia; vitormatheus\_ba@hotmail.com

trabalho, trabalharemos mais a fundo a problemática da raça, e apontaremos a necessidade de discussão da interseccionalidade entre diferentes formas de exclusão, incluindo-se aí o gênero e a sexualidade.

Destacamos que por interseccionalidade assumimos a conceituação de Crenshaw (2002), como as relações dinâmicas entre dois ou mais eixos de subordinação, na qual desvantagens interagem com vulnerabilidades já existentes produzindo e reconfigurando dimensões diferenciadas de desempoderamento. O desempoderamento, pois, é visto como resultado do exercício de controle biopolítico, onde as esferas da raça, gênero e sexualidade se relacionam na produção desigual de discursos sobre a nação.

## QUE PROJETO? QUE HISTÓRIA?

Os ideais republicanos apresentaram-se como o reflexo da subversão de um conjunto de práticas coloniais, um fortalecimento de teorias “progressistas” que marcam a inserção do Brasil no processo civilizacional e o estabelecimento do âmbito da política como espaço de organização racional, baseada em métodos científicos.

O projeto de constituição da identidade brasileira era, antes de tudo, nacionalista. Como nos diz Dominichi Miranda de Sá, “*o nacionalismo era, antes de tudo, uma atitude intelectual que redundava em ação civilizatória*” (SÁ, 2006, p.35). Ou seja, o nacionalismo significava o processo de identificação nacional e seu fortalecimento a partir da necessidade da inserção do país no projeto de desenvolvimento do Ocidente “civilizado”.

A busca por uma consciência nacional representou a grande missão dos intelectuais oitocentistas, sendo que esta missão pode ser entendida com base em duas características: a configuração interna e a sua expressão externa. Dessa forma, como nos diz Sá (*ibidem*), a diretriz da intelectualidade apresenta-se através da dialética do “nacionalismo”, como a substância da expressão intelectual, e do “cosmopolitismo”, a sua forma de expressão.

O “bando de ideias novas” referidas por Sílvio Romero, que estiveram presentes na formação do pensamento social da geração de 1870 (dentre elas o darwinismo social, o evolucionismo, o spencerianismo, o positivismo, etc.), representou a busca por entender o “Brasil-real” a partir de métodos objetivos. Tendo como foco o saber científico, vemos nos discursos da geração a necessidade de reconfiguração do pensamento social, ao se tentar atingir uma nova linguagem e abordagem não individualizadas, e que não correspondessem simplesmente à lógica do sujeito, mas que estabelecessem marcos de compreensão para o coletivo – nesse caso, a nação.

A interação entre diferentes enunciados não deve ser interpretada, limitadamente, pela análise de como o poder age do “exterior” sobre a ciência, mas

partindo da perspectiva foucaultiana, de como “efeitos de poder circulam entre os enunciados científicos; qual é seu regime interior de poder; como e por que em certos momentos ele se modifica de forma global” (FOUCAULT, 2012). Assim, para Michel Foucault o que encontramos nessas interações consiste em uma relação de poder, de historicidade “belicosa” que nos domina e determina. Tal historicidade é coerente e compreensível segundo a inteligibilidade das lutas, estratégias e táticas de poder.

A busca pelo “afastamento” do país de seu passado colonial se deu de maneira análoga à identificação da população como principal obstáculo a ser superado (CARVALHO, 1998). Assim, este trabalho compartilha da visão defendida por Miskolci (2012), tendo em vista a interpretação de que a contribuição do Brasil para o ideal de modernidade foi de ordem biopolítica, “delineada pela recusa de nossa elite com relação ao nosso povo em favor de uma nação futura, a ser criada como branca e civilizada” (Idem). A seguir, o trabalho analisará de que forma a existência de diferentes interseccionalidades de exclusão, juntamente com o exercício de poder e controle biopolítico, mostra-se como característica marcante da formação da sociedade brasileira a partir do ideal republicano.

## UMA NAÇÃO PARA OS BRANCOS

Como nos fala Miskolci (Idem), as aspirações de progresso e os temores de degeneração racial nutriam na elite branca, em fins do século XIX e início do século XX, o desejo de criar uma civilização nos trópicos. A Abolição da Escravatura e a Proclamação da República vieram análogas à consolidação de um projeto nacional tão modernizante quanto autoritário, que representou o exercício de controle biopolítico da população.

Por biopoder Foucault define uma série de fenômenos que tornam possível o exercício de estratégias políticas sobre o que na espécie humana constituem suas características biológicas fundamentais. Como nos diz Foucault (2008), “as sociedades ocidentais modernas, a partir do século XVII, voltaram a levar em conta o fato biológico fundamental de que o ser humano constitui uma espécie humana”.

Partindo da interpretação foucaultiana de que o poder apresenta-se como um conjunto de mecanismos que têm como papel último a própria manutenção do poder, podemos questionar sobre de que forma o exercício do poder sobre características humanas fundamentais pode manter, em última instância, o próprio poder. Como nos diz Bento (2002), o projeto de embranquecimento como constituidor de uma identidade nacional nasce do temor da elite branca em perder os privilégios historicamente consolidados.

Da mesma forma, cabe chamar a atenção de que o poder não é um exercício de repressão externo à vida social, sendo que este se desenvolve em um emaranhado de fluxos que passam toda a sociedade. Assim, os mecanismos de poder representam

parte fundamental das diversas relações familiares, sexuais, econômicas, que se desenvolvem de forma encadeada e coordenada (Idem).

O exercício de biopoder pela elite branca brasileira partiu da noção do povo como obstáculo para o enquadramento do Brasil nos padrões europeus de desenvolvimento. A manutenção de privilégios, através do controle das relações sexuais, familiares, políticas, econômicas e culturais, estruturou-se, dentre outras razões, como consequência do medo em os escravos e escravas recém libertos/as ocuparem espaços de poder importantes dentro da sociedade brasileira.

É notório que no Brasil não se desenvolveu uma classificação racial rigidamente bipolar e com regras precisas de diferenciação. Seria possível, dessa forma, a manipulação de classificações de cor, estratégia discursiva advinda da impossibilidade demográfica e política da criação de uma nação constituída estritamente por europeus não miscigenados e recém imigrados. Ou seja, o “obstáculo” para o progresso, a própria população brasileira, seria sanado a partir de um contato constante e duradouro: o embranquecimento. Como Guimarães (2012) aponta, o “*embranquecimento é uma ideologia de longa duração, e que limita os avanços da cidadania no Brasil*”.

O estatuto de cidadania moderna, assim como o sentimento de pertença à nação, não eram estendidos a todo o corpo social (Idem). A percepção de diferentes etnias como raças se mostrou como justificativa para a exclusão de parcela significativa da população dos direitos de cidadania, reconfigurando a desigualdade intragrupo nos novos modos de produção e relações de trabalho. A Proclamação da República trouxe em si “*a promessa aberta de integração racial e étnica pela via da aculturação*” (Idem), ou seja, a integração racial na verdade significava um embranquecimento progressivo da sociedade que tornaria possível a coesão e fortalecimento da identidade nacional brasileira. Através de uma visão de “perfectibilidade” dos povos, o Brasil era visto como uma nação apta a se enquadrar no padrão de desenvolvimento social do Ocidente Europeu, com a condição de embranquecer seu povo e modernizar as instituições políticas.

Os costumes, comportamentos e produção de um conjunto de ideias dos negros e negras sobre si próprios foram abolidos, já que estes elementos entraram em contradição com uma “civilização” que impunha aos negros/as um espaço dentro de estruturas de relações sociais, elencando normas e padrões de comportamentos tidos como aceitáveis. Padrões estes que foram elaborados pelos brancos para os “outros”, buscando estabelecer, como nos diz Foucault, um regime de verdade. Tais regimes de verdade se relacionam de forma intrínseca com o exercício do poder a partir de “políticas de verdade”, que acolhem tipos específicos de discurso e os transformam em aceitos e atuantes como verdadeiros. Legitimam certos atores, e excluem outros, a dizer o que funciona como verdadeiro em determinada sociedade e contexto histórico específico; instituem mecanismos capazes de julgar enunciados verdadeiros e falsos;

instituem técnicas e procedimentos reconhecidos como obtentores da verdade (FOUCAULT, op. cit.). A verdade se relaciona de forma complexa com o poder, visto que ao mesmo tempo em que os regimes de verdade são construídos através do poder, estes também são imprescindíveis para o seu exercício.

Assim, vemos uma importante ferramenta para problematizar o papel da ciência positivista na formação social do Brasil republicano, já que foi necessário a constituição de um “regime de verdade” sobre uma república recém constituída. Tal regime de verdade embasou práticas políticas e a atribuição de um sentido à nação, legitimando uma elite branca masculina e invisibilizando negros, negras, mulheres e a população LGBTI (Lésbicas, Gays, Transgêneros e Intersexuais) de um “desejo de nação”, como nos fala Miskolci (op. cit.).

O exercício de controle biopolítico dos brancos em relação aos negros tornou difícil, como diz Fanon (2008), a elaboração de esquemas corporais próprios dos negros e negras. Além disso, a aparição do negro e negra já constitui, em primeira instância, a representação de que aquele indivíduo é visto como patológico ou desviante em relação à sociedade branca. A negritude é, pois, sobredeterminada pelo exterior (Idem).

É de suma importância apresentar a preocupação de Bento (op. cit.), de que no Brasil o embranquecimento é frequentemente considerado como um problema do negro/a, que a partir do seu desconforto e descontentamento, procura se identificar com o ideário branco. Este trabalho parte da visão defendida pela autora, na qual o embranquecimento foi um processo inventado e estabelecido pela elite branca, instituindo um padrão de referências e legitimando uma supremacia econômica, política e social. Se por um lado se investiu na autoestima do branco, na sua valorização e fortalecimento, por outro se investiu na construção de um imaginário negativo sobre os negros e negras, culpando-os pela discriminação e justificando desigualdades raciais (Idem).

A invisibilização da agência do branco no projeto de embranquecimento se mostra como uma fuga da discussão sobre as diferentes dimensões do privilégio (Idem). E ainda assim, se falamos da busca dos negros e negras em se enquadrarem em um padrão de referências branco, não estamos negando o exercício de um poder biopolítico, mas salientando o quão forte é a sua capilaridade no imaginário e nas ações dos atores sociais. Assim como levantamos do pensamento de Foucault, o poder não é somente exercido externamente aos corpos, mas perpassa todo o corpo social, não gerando apenas repressão e privação, mas também desejos e expectativas. Desejos que são constituídos através de um padrão desigual de identificação e referência. Como nos diz Fanon (op. cit.), “*o negro não tem mais de ser negro, mas sê-lo diante do branco*”, sendo o conhecimento sobre si mesmo um conhecimento em terceira pessoa.

A intervenção do poder no corpo social encontra na medicina moderna uma importante ferramenta de atuação. Como nos mostra Foucault, a medicina moderna é uma medicina social amparada em uma tecnologia do corpo social que é individualista somente na esfera de relação médico-doente, mas que perpassa o controle da sociedade sobre os indivíduos. O capitalismo desenvolvido no final do século XVIII e início do século XIX socializou o corpo enquanto força de produção e trabalho, exercendo o poder sobre os corpos além da consciência e ideologia. Assim, a sociedade capitalista investiu no biológico e no corporal, lembrando a argumentação foucaultiana de que “*o corpo é uma realidade bio-política. A medicina é uma estratégia bio-política*” (FOUCAULT, op. cit.).

Assim, podemos enxergar na medicina social uma importante ferramenta argumentativa de legitimação da exclusão dos negros e negras na sociedade. Em primeiro lugar, a identificação do pobre como problema público de saúde representou, através da influência de urbanização de Paris, estratégias urbanísticas de isolamento sanitário de ricos e pobres. Habitar o mesmo espaço de pobres e negros representava um perigo sanitário (o medo de adquirir doenças) e político (medo de revoltas e protestos).

Em segundo lugar, a medicina racialista utilizou-se de uma pseudociência para conceituar os negros e negras como incapazes e inferiores. E por fim, a medicina como estratégia biopolítica fundou táticas de controle em relação à população pobre, tais como a assistência regulada e continuada. O que cabe destacar aqui é que, quando se fala em “pobres”, fala-se principalmente de uma ampla parcela negra da população recém-liberta que foi excluída das mais diversas esferas de socialização, entre elas a assimilação trabalhista pelo assalariamento.

O período próximo à Abolição da Escravatura representou um período assolado pelo medo, tanto em relação aos defensores da abolição quanto os contrários à lei. Um medo que representou o temor da elite de que a imensa quantidade de negros e negras recém-libertos/as ocupassem os postos de trabalho, os cargos políticos e exercessem maior influência do que os brancos na identidade nacional brasileira. Os negros são, então, tratados como incapazes de se integrar na sociedade dos homens livres, sendo que esta incapacidade era argumentada tanto através de características biológicas quanto sócio-históricas. Assim, “*é possível imaginar o pânico e o terror da elite que investe, então, nas políticas de imigração europeia, na exclusão total dessa massa do processo de industrialização que nascia e no confinamento psiquiátrico e carcerário dos negros*” (BENTO, op. cit.).

## **BREVES APONTAMENTOS: UMA NAÇÃO PARA OS HOMENS HETEROSSEXUAIS**

Além de representar um projeto branco de nação, cabe destacar que a constituição de uma identidade nacional alicerçou-se na legitimação do exercício de poder masculino. O que nos permite dizer que o projeto da República apresentava uma interseccionalidade de diferentes fluxos de poder, sendo que surgiam certos “nós” que configuravam dimensões particulares de exclusão. Dar conta da profundidade da discussão sobre as esferas da sexualidade e do gênero foge do alcance deste trabalho, mas apontamentos iniciais sobre a temática são de suma importância para complexificar a análise sobre raça e República.

Assim, Miskolci (Idem) argumenta que “*os temores raciais, sexuais e de gênero se associavam e eram visíveis [...] negros, mulheres e os recentemente denominados de homossexuais eram vistos como ameaça à ordem*”. O projeto político racializante republicano só seria possível através do controle das relações sexuais, o chamado “*agenciamento dos desejos*” (Idem), em que os atores legitimados como produtores de discurso e saber identificavam, classificavam e criavam meios de disciplinar uniões consideradas como indesejadas. Com isso, Miskolci defende que o ideal nacional fundou-se em um Estado biopolítico, que no final do século XIX conectava os interesses da elite política da época ao controle das classes populares.

Segundo Brah (2006), a diferença como relação social corresponde à maneira como a diferença é inscrita e organizada através de discursos econômicos, culturais, políticos e práticas institucionais, sendo que os efeitos das relações sociais exprimem-se não somente no nível macro, mas também em arenas localizadas no local de trabalho, nas relações sexuais, nas relações familiares, na casa, etc. A subjetividade mostra-se fragmentada e constantemente em processo, tendo em vista a interpretação feminista e pós estruturalista freudiana de que os elementos constitutivos da mente surgem como conceitos relacionais a partir da experiência interior e exterior (BRAH, 2006). Ainda segundo Brah, o poder é exercido de forma performática em práticas econômicas, políticas e culturais, sendo que as subjetividades dos dominantes e dominados/as surgem nas intersecções desses diferentes espaços de poder.

A identidade de nação republicana amparou-se no ideal do Homem europeu, sendo este Homem (em maiúsculo) como um ontológico universal a servir de base referencial para as populações. Populações que, inseridas em uma história evolutiva sociologicamente formulada, deveriam se enquadrar num fluxo contínuo de progresso e desenvolvimento humano. As condições para este enquadramento foram formuladas através de discursos científicos racialistas e práticas políticas e cotidianas machistas e racistas, esferas de discriminação que se relacionavam criando novas configurações de exclusão. A identidade em processo de constituição assume centralidade nos papéis sociais atribuídos de forma diferenciada a homens e mulheres através da legitimação do masculino como elemento fundamental da agência política.

O embranquecimento representou uma intersecção de diferentes formas de controle e poder. Segundo Miskolci (op. cit.), “*a esfera erótica, nestas paragens*

*tropicais, se fundou em desejos de 'embranquecimento' relacionados a ideais de classe e gênero, sobretudo aos de uma branquitude construída aqui como atributo eminentemente masculino*". Assim, o embranquecimento representou a legitimação do homem branco e heterossexual como produtor de discurso sobre a nação. Discurso este que representava a tomada de determinadas posições ao nível político-institucional e que também se configurava como um fluxo de poder presente na produção de sentido sobre os corpos. Ainda segundo Miskolci (Idem), a consolidação do regime republicano é marcada por uma associação entre Estado e masculinidade, a qual era representada através do domínio da política e da esfera privada – família e casamento. Assim, o ideal do embranquecimento partia da noção de que a reprodução estava submetida ao controle masculino, pois somente o homem era visto como portador da branquitude, do progresso e do desenvolvimento. Como levanta Miskolci (Idem), *“indo mais a fundo, é possível caracterizar o desejo da nação como um projeto político embranquecedor assentado no que hoje chamaríamos de domínio do desejo heterossexual masculino*". Enquanto a masculinidade estava associada ao poder material e simbólico, à feminilidade eram atribuídas as características de submissão e fraqueza; e à homossexualidade, de desvio e patologia.

Vemos, pois, que a fundação de um ideal republicano se fez presente a partir de um conjunto interseccional de formas de exclusão. Tendo em vista este modelo de análise, destaca-se o fato de que os indivíduos sofreram efeitos diferenciados da exclusão e subordinação, a depender do espaço social em que estavam localizados nas intersecções. Sendo que *“homens e mulheres são diferentemente afetados pela discriminação racial e por outras intolerâncias correlatas”* (CRENSHAW, op. cit.), o padrão de referências imposto e as diferentes formas de controle representaram vivências diferentes de discriminação em homens brancos, mulheres brancas, homens negros e mulheres negras, acrescentando-se a este panorama a sexualidade dos indivíduos que foi patologizada pelos discursos científicos. Assim, destaca-se que o gênero se inter-relaciona com um conjunto de identidades e intersecções, fator que complexifica a vulnerabilidade particular de diferentes grupos de mulheres. Compreendendo a discriminação como um fenômeno interseccional, as dimensões de raça e gênero necessitam ser colocadas em um primeiro plano de análise (Idem), como parte da estrutura dos discursos e de poder. Cabe problematizar que, com base na interpretação de Judith Butler (2003) sobre o sexo e gênero, não somente as experiências e o exercício de controle biopolítico influenciaram na noção de gênero, mas o próprio sexo foi uma categoria em formulação ideológica e cotidiana.

Interpretando o ideal republicano, podemos destacar que o exercício de controle sobre os corpos se deu através de diferentes organismos de controle, sendo a educação uma das ferramentas mais poderosas. Como nos mostra Foucault,

do século XVII ao início do século XX, acreditou-se que o investimento do corpo pelo poder devia ser denso, rígido, constante, meticuloso. Daí esses terríveis regimes

disciplinares que se encontram nas escolas, nos hospitais, nas casernas, nas oficinas, nas cidades, nos edifícios, nas famílias (FOUCAULT, 2008, p. 84)

Assim, vemos que a identidade não é uma essência, mas um efeito que se manifesta em um jogo de referências. A identidade de gênero não é um resultado essencializado do sexo, mas é performativamente constituída neste campo de referências e posições. Então, é central perceber como um ideal de nação republicana exerceu controle biopolítico sobre o sexo e gênero transformando de forma diferenciada cada uma destas esferas. Além disso, as duas esferas se relacionavam de formas distintas a depender da cor e classe, representando uma ampla interseccionalidade de exclusões. Como nos mostra Miskolci (Idem), *“se nas classes altas a homossexualidade não era aceitável, mas podia ser vista como uma fase, entre as classes populares ela era a prova da degeneração racial”*.

Com isso, apontamos a necessidade do desenvolvimento de análises profundas que levem em conta a dimensão interseccional da exclusão. Para fins deste trabalho, o gênero e sexualidade se mostram como noções indispensáveis de problematização. No entanto, entendemos que tais esforços ainda são desenvolvidos de forma tímida neste trabalho, que ao se centrar na discussão sobre a racialidade na República, também argumenta sobre a necessidade de diálogos profícuos que deem conta das diferentes esferas da biopolítica.

## CONCLUSÃO

Um ideal de nação republicana estabeleceu-se através de diferentes formas de exclusão que se inter-relacionaram, criando espaços de reconfiguração da discriminação. A identidade nacional, ancorada em uma perspectiva branca, masculina e heterossexual, firmou a busca pelo progresso como a negação dos chamados “comportamentos desviantes”.

Centrar o embranquecimento no poder do homem branco representou a exclusão do discurso e das práticas sociais de negros e negras, mulheres brancas e mulheres negras, e o público LGBTI. Estas diferentes esferas de exclusão se relacionaram de forma diversa, construindo identidades marginalizadas. Baseado na análise foucaultiana do poder, cabe destacar que o poder não se exerceu somente por vias externas a esses indivíduos marginalizados, mas também incidiu sobre seus próprios corpos.

A identidade nacional mostrou-se, então, como a busca pelo progresso fundado na criação de mecanismos de controle ao nível da microfísica (tais como escolas, igrejas e a própria medicina), que geraram negações e desejos, repressões e prazeres. Um esquema referencial imposto aos indivíduos que os sobredetermina externamente e os reconfigura internamente a nível subjetivo. Não havia, de fato, espaço para todos no sentimento de pertença nacional, e a intersecção de gênero, raça e sexualidade proveu espaços de exclusão de um ideal de nação. Ainda seguindo a argumentação

foucaultiana de que discurso é poder, o discurso de uma nação se configurou como o exercício da biopolítica sobre os corpos sociais na busca pela transposição de obstáculos para a perfectibilidade do progresso e desenvolvimento.

## Referências Bibliográficas

- BENTO, Maria Aparecida Silva. *Branqueamento e branquitude no Brasil*. In: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva (orgs). *Psicologia Social do Racismo*. Rio de Janeiro: Petrópolis. Vozes, p.25-58;
- BRAH, Avtar. *Diferença, Diversidade, Diferenciação*. *Cadernos Pagu* (26), janeiro-junho de 2006: p.329-376.
- BUTLER, Judith P. *Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003.
- CRENSHAW, Kimberlé. *Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero*. *Estudos Feministas*. 1/2002.
- FANON, Frantz. *A Experiência Vivida do Negro*. In: *Pele Negra, Máscaras Brancas*. Salvador: EDUFBA. 2008, p.103-126.
- FOUCAULT, Michel. *Segurança, Território, População*. Martins Fontes: São Paulo, 2008.
- \_\_\_\_\_. *Microfísica do Poder*. Ed. Graal: Rio de Janeiro, 2012
- GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. *Cidadania e Retóricas Negras de Inclusão Social*. *Lua Nova*, São Paulo, 85:13-40, 2012.
- MISKOLCI, Richard. *O Desejo da Nação: Masculinidade e Branquitude no Brasil de fins do XIX*. Editora AnnaBlume, 2012.
- SÁ, D.M.de. *A Sociedade Culta da Capital Federal*. In: *A Ciência como Profissão: médicos, bacharéis e cientistas no Brasil (1895-1935)*. Editora Fio Cruz, 2006. Cap.2, p.33-60.